

Atenas chora, mas Esparta não ri

ANTÔNIO DELFIM NETTO

Jean Renoir diz, em "A regra do jogo", que " neste mundo existe uma coisa realmente terrível: cada um de nós tem suas próprias boas razões". Talvez seja tempo de cada um de nós expor as suas "boas razões" — porque há algumas razões melhores do que outras —, numa espécie de catarse nacional capaz de dar um pouco de paz aos espíritos que nos circundam.

Eu me proponho a dar algumas "boas razões" para a dívida externa. Não defendê-la, pois é claro que seria melhor viver sem ela; mas explicá-la. Mostrar por que, sem a dívida externa, estaríamos em dificuldades ainda maiores do que estamos hoje. Desmistificar algumas das crenças mais comuns sobre a dívida externa é tarefa preliminar para que voltemos a encontrar o caminho da realidade.

E preciso mostrar como cada um de nós — a despeito do que possamos pensar —, foi partícipe desse processo. Ninguém, rigorosamente ninguém, deixou de beneficiar-se dos recursos externos que entraram neste País. Os brasileiros, em sua grande maioria, mantiveram os empregos, comeram, beberam, moraram, se vestiram, foram transportados e comunicaram-se em nível muito superior ao que teriam feito sem aqueles recursos.

I Para melhor compreensão do papel dos empréstimos externos no desenvolvimento recente do Brasil, convém lembrar que em 1974 (quando o preço do petróleo passou de 2 para 10 dólares o barril) era impossível ao País ajustar suas contas externas, com suficiente rapidez, através do aumento imediato das exportações e redução das importações não-petróleo. Todos os países importadores de petróleo tiveram problema semelhante a partir de 74 e também só se ajustaram lentamente e à custa de recessão.

E preciso, pois, considerar o seguinte quadro:

a. no curto prazo as alternativas que existiam eram:

1. consumir as reservas cambiais então existentes e caminhar rapidamente para a insolvência; 2. racionar o consumo interno de petróleo, com todos os inconvenientes daí decorrentes; 3. liberar completamente os preços dos derivados e permitir que o racionamento fosse feito pelo mercado, com resultados desastrosos sobre o nível de produção e sobre o nível de preços internos e 4. tomar emprestado no mercado internacional (isto é, aumentar a dívida externa) para financiar a importação de petróleo.

b. no longo prazo seria preciso:

1. economizar o uso de derivados, aumentando o seu preço relativo; 2. modificar a matriz energética, ainda que isso representasse certa redução da produtividade do sistema (substituir óleo combustível por carvão nacional; substituir carvão importado por produto nacional; substituir gasolina por álcool); 3. aumentar a pesquisa e a exploração do petróleo nacional; 4. formular um programa de substituição de importações e de ampliação das exportações.

O governo adotou desde o início uma estratégia mista para enfrentar o problema: corrigir um pouco os preços relativos; aumentar os investimentos dirigidos à correção do balanço comercial; e formular um programa de substituição do petróleo pelo carvão e pelo álcool. Era evidente, entretanto, que nenhuma dessas medidas, nem qualquer combinação delas, poderia alterar o quadro no curto prazo. Para não paralisar o País ou não atrasá-lo de forma irremediável, era preciso tomar emprestados recursos externos.

Como o problema era mundial, o financiamento acabou sendo facilitado pela chamada "reciclagem" dos petrodólares; uma espécie de "minueto" em que os produtores de petróleo (que estavam explorando seu poder de monopólio), tinham de depositar seus recursos no sistema bancário; o sistema bancário tinha de emprestá-los; e os importadores de petróleo tinham de pedir emprestado.

No processo de "reciclagem" aconteceram várias coisas: 1. os produtores de petróleo não confiavam nos consumidores e não desejavam estender-lhes seus créditos. Preferiam fazê-lo através dos bancos; 2. eles não aceitavam passar muito tempo sem "ver" o seu dinheiro, pois não tinham confiança nem nos bancos, o que consagrou as aplicações de 6 meses; 3. os consumidores precisavam de créditos a prazos muito maiores, o que significava que os bancos tinham que emprestar a 8 anos e renovar os seus depósitos a cada 6 meses. Isso generalizou os juros flutuantes; 4. confrontadas com o choque do petróleo, as economias desenvolvidas realizaram seu ajuste através de uma recessão combinada com inflação o que elevou as taxas de juros nominais a níveis nunca vistos (em torno de 20%) e tornou a vida dos consumidores ainda mais complicada.

II Precisávamos de dólares para pagar o petróleo importado sem o que a economia brasileira seria paralisada. E precisávamos de tempo para encontrar petróleo e mudar a matriz energética. Os árabes não vendiam petróleo a prazos razoáveis, logo, tornou-se indispensável a intervenção do sistema bancário.

A questão, então, passou a ser a seguinte: como se processaria a absorção desses recursos pela economia nacional?

Para entender o processo, analisemos um exemplo. Ao comprar, digamos, 600 milhões de dólares de petróleo o Brasil tomava emprestado um bilhão de dólares para um projeto qualquer, sendo, por hipótese, 400 milhões de dólares de importações e 600 milhões de dólares financeiros. Estes 600 milhões de dólares eram vendidos ao Banco Central que por sua vez os revendia Petrobrás que pagava aos árabes. A empresa estatal que recebeu o empréstimo (digamos a Companhia do Metrô de São Paulo) comprava 400 milhões de dólares de equipamento importado de que necessitava e recebia 600 milhões de dólares em cruzados, convertidos à taxa do dia com os quais financiava as obras civis do metrô. Quem fornecia esses cruzados? O consumidores dos derivados do petróleo (todos os usuários de automóveis, ônibus, caminhões, tratores, fertilizantes, plásticos, etc.). Isto é, quando pagava um litro de gasolina, um quilo de feijão, um quilo de fertilizante, cada um de nós estava usando o recurso externo que fora emprestado ao País e os cruzados do nosso pagamento eram aplicados pela Companhia do Metrô nos seus investimentos, dando emprego, comprando energia, etc. Sem o empréstimo externo teríamos de amargar um corte no consumo de todo o povo, e é fácil imaginar quem sofreria mais...

Fica claro o seguinte: 1. os recursos utilizados com a importação de equipamentos são diretamente produtivos; 2. os recursos dos empréstimos financeiros foram investidos produtivamente e financiados pelo pagamento de derivados do petróleo vendidos à população. Em outras palavras, o emprego gerado no Metrô de São Paulo graças a intermediação do empréstimo externo, era financiado pelo pagamento da gasolina, do diesel, do óleo combustível, etc. Esta é a essência da questão: ESSE INVESTIMENTO INTERNO QUE DEU EMPREGO E USOU OUTROS FATORES DE PRODUÇÃO NACIONAIS, FOI FINANCIADO PELA POUPANÇA EXTERNA. ISTO É, PELA DÍVIDA.

III É claro, por outro lado, que se a taxa de retorno do projeto do Metrô recomendou a sua realização e se as suas tarifas forem adequadamente calculadas, o investimento produzirá, anualmente, um excedente que permitirá o pagamento dos juros e a amortização da dívida. São Paulo é certamente mais próspero e sua população tem maior bem-estar porque existe o Metrô.

E preciso insistir sobre o fato básico da dívida externa: ela permitiu a incorporação à economia de novos recursos, isto é, de recursos criados pela poupança estrangeira e que foram utilizados internamente, quer para aumentar o investimento (sem cortar o consumo presente), quer para aumentar o consumo dos brasileiros (sem cortar o investimento). Com a poupança externa, o nível do Produto Interno Bruto pôde crescer mais rapidamente do que os níveis que seriam obtidos pela poupança interna exclusivamente. Não se comprometeu o consumo presente e pôde-se aumentar o nível do consumo futuro, devido à produtividade derivada dos novos investimentos.

Para entender isso com maior facilidade talvez seja bom esquecer o problema cambial. Basta considerar, por exemplo, o efeito produzido pela instalação de uma nova fábrica de calçados em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, financiada pelo BNDES. Aqui tudo se passa como se houvesse um empréstimo externo, pois o "Município" recebe recursos "externos" (possivelmente recursos tomados em São Paulo, no Paraná, ou no Rio de Janeiro) e vai aplicá-los "internamente". A única diferença, que não é essencial, é que aparentemente não existe problema com o balanço de pagamentos do município, uma vez que o empréstimo e o seu resgate vão ser feitos em cruzados.

A fábrica se instala em Novo Hamburgo, emprega funcionários, compra couro, energia,

aluga prédios, paga impostos, etc. e gera renda no local. Os seus 500 novos empregados aumentam o mercado consumidor do município e ele, certamente, ficou mais próspero. Ora, o que se espera? Que na hora de amortizar o seu empréstimo, o Industrial de Novo Hamburgo procure o BNDES para dizer-lhe que não vai efetuar o pagamento do seu débito, porque isso significaria transferir recursos com o "sangue dos Novohamburgueses"? "E o prefeito? Deveria anunciar na rede de rádio local que tomou uma decisão corajosa e soberana: recomendou ao Industrial que não pagasse o BNDES?"

Não! O que se espera é que, tendo o município ficado mais próspero, tendo aumentado o nível de consumo, tendo o industrial escolhido bem o seu projeto, ele, depois de pago todos os fatores, retenha um excedente que cobrirá a amortização do empréstimo.

Pois bem, o caso de Novo Hamburgo com o BNDES é exatamente o mesmo do Brasil com o sistema financeiro internacional. O fato de que existia um problema de pagamento externo que deve ser efetuado em dólares não modifica em nada a questão, pois a geração de poupança interna para satisfazer o débito e a existência de divisas para transformá-la em dólares são dois problemas diferentes.

IV Para facilitar a solução do segundo problema (isto é, o da possibilidade de transformar o excedente em dólares) é preciso que, juntamente com o aumento de recursos obtido pelo empréstimo externo, o País desenvolva mecanismos que ampliem a sua capacidade exportadora e induzam a substituição de importação. Em outras palavras, é preciso que a política econômica privilegie o setor exportador e os projetos de substituição de importação, de forma a permitir a realização de maior nível do Produto Interno Bruto, com importações iguais ou menores. Esses mecanismos existiam e estavam funcionando, mas foram destruídos na aventura de fevereiro de 1986.

Na esteira do Plano Cruzado, reduzimos nossa capacidade exportadora e estimulamos as importações a ponto de nos termos transformado no maior exemplo moderno de "modelo importador" (arroz mofado, milho duvidoso, café comprado metido, batata que está sendo destruído, leite com césio e estrôncio, queijo, latinha de cerveja, coco ralado, etc.). Além do mais, essa política cambial pouco inteligente estimulou toda sorte de subfaturamento na exportação e superfaturamento na importação, estimulando o mais fantástico aumento de contrabando "produtivo" de que se tem notícia. De fato, o contrabando ajudou muito a enganar os incautos, levando-os a pensar que o cruzado estava "dando certo", pois graças a ele, a escassez foi menos grave. Agora, depois de destruído o equilíbrio externo, fazemos o câmbio correr atrás dos preços. Mas de que preços? Já ninguém sabe, pois ninguém tem confiança, nos índices calculados pelo Governo.

Todas essas dificuldades, entretanto, não podem obscurecer o fato de que o País usufrui, ainda hoje, (a despeito dessa destruição) uma situação melhor do que usufruía sem a dívida externa. Pagar os juros dos empréstimos não significa, portanto, ficar mais pobre. Pelo contrário. Porque o nível do Produto Interno Bruto cresceu (e com ele o consumo) é que se pode pagá-los, ficando o nível do consumo mais alto do que seria se o empréstimo externo não tivesse existido. Grosseiramente: sem a poupança externa o nível do PIB seria, digamos, 100 (e o consumo 85); com a poupança externa, o nível do PIB é, digamos, de 120 (e o consumo 102); remetendo os juros o nível de consumo cairia talvez para 96. Até mesmo os economistas do PMDB seriam capazes de reconhecer que 96 é maior do que 85.

E claro que se o País dilapidou os recursos necessários para esse pagamento ele não pode, por uma impossibilidade física, remetê-los. Se, por obra de uma política econômica desastrosa, reduzimos as exportações e nossas reservas a níveis inadmissíveis não podemos pagar e pronto! O lamentável é começar a dizer que suspendemos o pagamento por decisão (que decisão, se não podia fazer outra coisa?) "Corajosa" e "soberana".

Por outro lado é evidente que, se os devedores privados e estatais têm de continuar a recolher os seus cruzados, eles vão ter que gerar a poupança interna equivalente. Mais ainda, com o chamado "empréstimo compulsório" e com o aumento dos impostos indiretos o Governo já cortou o consumo, o que mostra como é absurdo ele continuar a dizer que "não quer cortar o consumo para remeter os juros". Paralelamente, estimulando o processo inflacionário, o Governo está comendo os salários reais e aí sim, vai utilizar o "sangue do povo" para cobrir seus déficits e não para pagar os juros externos! O Governo tem que explicar o que fez das reservas vendidas, isto é, como utilizou os cruzados produzidos pela venda dos dólares.



Como há pessoas facilmente impressionáveis, que consideram esses argumentos como "impatrióticos", talvez seja bom esclarecer que o amor à Nação reside em não esconder-lhe a realidade ou iludir a sua boa fé. Chamar de "patriótica" uma política claramente impensada que vai ser paga duramente pelo sofrimento de toda a Nação é levar longo demais o desapareço pela inteligência do povo.

Não pode existir a menor dúvida sobre o fato de que a situação seria muito melhor se os credores esquecessem o seu crédito, pois não teríamos de devolver um pedaço dos benefícios recebidos. Por outro lado, seria um grande erro imaginar que toda essa argumentação deve nos conduzir a aceitar passivamente o que ocorreu no mercado financeiro internacional. E claro que a elevação da taxa de juros nominal (e da taxa real) e o encurtamento dos prazos de pagamento criaram uma situação extremamente injusta para os países devedores. E preciso considerar, além disso, que o custo social do excedente da balança comercial necessário para servir a dívida depende também dos preços exportáveis (e dos produtos importados, porque também se realiza o excedente reduzindo as importações), o que mostra como o problema é complexo e requer uma análise minuciosa se se pretende fazer "justiça".

Todos concordamos que é muito difícil definir o conceito de "justiça", mas, neste caso, talvez uma aproximação pragmática seja suficiente. "Justiça" para os países devedores seria pagar a taxa de juros real que estava na sua "expectativa" quando o endividamento foi realizado, nos prazos originais em que ele foi realizado. O pagamento de juros acima dessa expectativa" e todo aumento de amortização do principal pro-

duzido pelo encurtamento dos prazos podem e devem ser objeto de negociação. Na realidade é essa posição de força moral (próximo de um motivo de força maior que justificaria o "default") que abre caminho para um entendimento frutífero com os bancos.

E uma grande tolice dizer que os "bancos devem apresentar suas sugestões". Nós é que temos de construir uma argumentação lógica cerrada, apoiada num programa realista de ajustamento interno, que os leve a considerar como "justo" o nosso desejo de reduzir o "spread", de aumentar os prazos de pagamento, de aumentar a carência etc. E preciso considerar que a "justiça", deve ser justiça para todos os participantes, isto é, ela tem de levar em conta, também, a posição dos credores e as suas necessidades para conseguir sucesso no refinanciamento da dívida. Os credores sabem tão bem quanto nós, que na medida em que se criarem (por nós e por eles), as condições para a manutenção de um desenvolvimento razoável, o problema da dívida será administrável com custos suportáveis. Fora disso, será o prejuízo dos credores, mas será a miséria dos devedores. E por isso que esse jogo tem solução!

V Uma outra questão, e da maior importância, para a qual o Governo tem feito vistas grossas, refere-se ao nível de produtividade do sistema econômico. E fato visível que o tumulto introduzido na economia nacional pelas idas e vindas da política econômica ajuda muito pouco a aumentar a produtividade. Por outro lado, o congelamento de preços e as restrições à importação reduzem de maneira muito significativa o nível de produ-

tividade da economia. Todo o setor industrial perdeu seu "ritmo". Ninguém pode prever coisa alguma; os pátios e os depósitos estão cheios de produtos "meio-acabados", porque sempre falta alguma pequena peça ou algum componente que precisa ser contrabandeado; os empresários (os que não encontraram o caminho das pedras...) perdem dias e, mesmo, semanas, peregrinando entre os gabinetes ministeriais, na vã tentativa de verem reconhecidos os seus pleitos. A situação é tão absurda, que o SNI e o "Ouvidor" transformaram-se em tábuas de salvação naquele "mare ignotum brasilense" em que se afoga a economia brasileira.

Pois bem, uma pequena elevação do nível de produtividade da economia nacional, que poderia ser obtida com uma leve melhoria da qualidade da política econômica, ajudaria a resolver nossos problemas sem criar muitos outros. Lembremo-nos de que apenas 1% de aumento da produtividade representaria de 2,5 a 3,0 bilhões de dólares do PIB por ano, isto é, praticamente o montante pelo qual estamos querendo declarar guerra ao mundo. Isto significaria trabalharmos mais 4 dias por ano, ou apenas mais 5 ou 6 minutos por dia, o que certamente não iria exigir o "sangue" de ninguém... Talvez um pouco menos de paje-lança e prepotência e um pouco mais de inteligência e estímulo ao trabalho, pudessem produzir resultados surpreendentes.

Imaginem os senhores se em fevereiro de 1986, em lugar de prometer o "lago azul" do congelamento e do desenvolvimento por decreto-lei, tivéssemos dito à Nação que a situação era difícil e que a única forma de sairmos das dificuldades era trabalhar um pouco mais e um pouquinho melhor. A popularidade do Governo teria continuado baixa em fevereiro, mas hoje, certamente, não teria chegado aos níveis que chegou.

VI E preciso considerar, por outro lado, que poderíamos obter (como outros países estão obtendo) uma contribuição significativa do investimento direto de capital estrangeiro. Quando o Governo diz que "em 1986 a conta de capital foi negativa" ele apenas revela uma "verdade" estatística. A outra verdade é que a política econômica do Governo, não apenas por sua incompetência, mas por um comportamento que lhe é intrinsecamente hostil, fez tudo o que podia para afugentar o capital estrangeiro do País. A conta de capital negativa não é, pois, causa de nossas dificuldades, mas efeito previsível daquela política.

Na realidade, o Governo hostiliza o capital estrangeiro num comportamento primitivo e ressentido de subdesenvolvimento mental. Aceitando a teoria de que o capital estrangeiro se instala na "periferia" apenas para servir ao "centro", certas áreas do Governo atrasam nosso desenvolvimento por motivos ideológicos lamentáveis. Só quem não sabe nada de Brasil é que pensa que o capital estrangeiro é uma ameaça à nossa soberania. Em primeiro lugar, em nenhum País do mundo existem controles tão minuciosos como os nossos; em segundo lugar, sempre insistimos em trazer capital de diversos países para cada setor.

Só as pessoas extremamente intoxicadas pelas "teorias" (que "teorias", se nunca foram e nunca poderão ser testadas empiricamente?) que ocupam os cérebros deformados por um certo marxismo ultrapassado (pobre Karl, o que te fizeram!) é que continuam a insistir que o capital estrangeiro se reúne escondido à noite na Suíça para planejar "como empobrecer o Brasil". Essa entidade "o capital estrangeiro" não existe. O que existe são muitos capitais estrangeiros, que competem duramente entre si para manter a sua participação nos vários mercados do mundo. Pode alguém imaginar que as empresas químicas suíças, alemãs, francesas e inglesas, que competem ferozmente no mercado europeu, venham instalar-se no Brasil para unirem forças numa coalisão destinada apenas a "explorar" nosso mercado? Pode alguém imaginar que as empresas automobilísticas americanas, alemãs, italianas, japonesas, que disputam violentamente a sua participação no mercado mundial, tenham se instalado no Brasil para "explorar" nosso mercado?

Se não fosse uma postura extremamente pretensiosa, ela seria totalmente ridícula. Ridícula, mas que atrasará o País de forma irremediável. Basta ver como se comportam em relação ao capital estrangeiro os governos que se chamam a si mesmo de "socialistas", mas são socialistas sérios, como é o caso da Espanha, e comparar esse comportamento com o dos nossos "socialistas tupiniquins".

Tudo o que temos feito (desde a extravagante política de informalidade) revela uma miopia enorme com relação à contribuição que o investimento externo poderia dar à solução de nossos problemas, sem que isso representasse a mais leve soberania nacional. Hostilizando o investimento direto, estamos atrasando toda a nossa indústria de ponta; toda a nossa indústria de equipamentos robotizados; todos os setores que, de

fato, vão fazer a soberania nacional daqui a poucas décadas.

E claro que todos somos a favor da proteção à indústria nacional e mais ainda à pesquisa nacional, mas é preciso compatibilizar nossa "proteção" com o verdadeiro interesse nacional, pois quem "todo o dia reinventa a roda, nunca vai usá-la como meio de transporte". Nós estamos protegendo muito melhor a indústria nacional e a pesquisa nacional, se pudermos absorver rapidamente e, com menores custos, a tecnologia já desenvolvida, pois isso elevará o nosso nível de renda e deixará maior excedente, para ser aplicado naquelas atividades.

Com uma política inteligente e realista, poderíamos facilmente receber de 1,5 a 2,0 bilhões de dólares anuais de investimentos diretos, simplesmente porque temos uma razoável eficiência produtiva e podemos recuperar nossa capacidade exportadora.

Um pouco mais de trabalho, um trabalho um pouquinho melhor e uma inteligência política de investimento direto, poderiam facilmente elevar nosso nível de renda e tornar a vida do povo brasileiro consideravelmente mais agradável. Afinal, como a "Nova República" acha que o Brasil tornou-se a 8ª economia ocidental? Apenas com decretos-leis?

VII Outro ponto que precisa ser considerado é que desde 1974 é, particularmente, depois de 1979, o Brasil desenvolveu uma política consistente de reduzir o coeficiente de importação da economia, não apenas através de investimentos substituidores de importação (químicos, não-felrosos, etc.), como através de uma ampliação da pesquisa e produção de petróleo, cuja oferta interna foi elevada de 120 mil barris por dia para 600 mil barris por dia. Hoje é evidente que temos as condições de auto-suficiência e que se a Petrobrás dispuser de recursos ela poderá ser atingida em 5 ou 6 anos. Por outro lado, grandes projetos de exportação foram implantados e estão gerando empregos, renda interna e divisas (Tubarão, Carajás). Na crise de 1982, apenas um trabalho desenvolvido com a FIESP produziu substituições de importações entre 900 a um bilhão de dólares por ano, de pequenas partes e componentes.

O ajuste do balaço de pagamentos, que exigiu uma redução do nível de atividade em 82-83, já estava completamente realizado no início de 1984. Daí para a frente tudo foi (e é) favorável: o preço do petróleo caiu de 34 para 14 ou 15 dólares o barril e a taxa de juros externo baixou de 20% para 7% ou 8%. A baixa do coeficiente de importação combinada com esses fatores favoráveis permitiria facilmente manter o excedente exportável sem nenhum sacrifício adicional interno. Como o ano de 1985 mostrou claramente, o consumo já vinha crescendo sem prejudicar o saldo da balança comercial. Aliás é sempre bom repetir que em 1985 (sem o Cruzado) o nível de atividade foi praticamente o mesmo. Não há nada mais cínico, portanto, do que dizer que com o Cruzado destruímos a economia, mas em compensação, "demos emprego a 2 milhões de trabalhadores".

VIII Creio que diante das "boas razões" expostas, deve ter ficado claro que existem motivos respeitáveis que explicam por que o Brasil (juntamente com quase todos os outros países em vias de desenvolvimento) teve de utilizar a dívida externa para não sacrificar de forma irremediável o seu crescimento. Por outro lado, deve ter ficado evidente, ao leitor atento, a enormidade das tolices que se tem dito a respeito da dívida externa, o que se explica, no fundo, por um certo comodismo intelectual, que aceita, sem espírito crítico, "slogans" emocionantes, mas inconsequentes.

Deve ser claro, agora, como cada um de nós se beneficiou dessa dívida, andando de automóvel, de taxi, de ônibus, mantendo o seu emprego graças aos recursos externos, comendo arroz e feijão produzidos com tratores e feijão produzidos com tratores e com fertilizantes, cozinhando com bujão de gás, comprando remédios, plásticos e assim por diante...

O Governo Federal, cada Estado deste País e muito Municípios, realizaram planos de estradas, de abastecimento de água, de saneamento básico, construíram usinas hidrelétricas e centrais de abastecimento, eletrificaram ferrovias, os metrô, etc.,... usando poupanças externas através do mesmo mecanismo.

Quando vejo ex-governadores da velha Arena e do PSD, hoje confortavelmente abrigados no PMDB e governadores do PMDB, cujos Estados foram desenvolvidos por investimentos financiados pela poupança externa, dizerem que não sabem como foi utilizada a dívida externa, devo dar razão a Lênin, que em 1921, apertado pelas dificuldades econômicas, disse aos seus companheiros que "a política não pode deixar de ter prioridade sobre a economia. Dizer o contrário é ignorar o ABC do marxismo".

E claro que se tratava de outra "política", mas vale da mesma forma. Que assim seja!